

**PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**

---

**EDITAIS**

Departamento de Administração

**EDITAL**

**EDITAL**

**ATO CONVOCATÓRIO N.º 10/2025/TRF4/PGE-RS**

O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO e a PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, com base na Lei Estadual n.º 14.751/2015, na Resolução/PGE n.º 99/2015 e na Resolução/CNJ n.º 303/2019, **PUBLICAM O PRESENTE EDITAL** com o objetivo de dar início à décima rodada de conciliação de precatórios, na qual se ofertará o pagamento dos créditos com redução de 40% (quarenta por cento) do valor efetivamente devido, corrigido e acrescido de juros.

Está dispensada qualquer forma de manifestação inicial de interesse, ficando os credores cientes de que todos aqueles que estiverem em situação regular no precatório, receberão proposta de acordo diretamente nos autos eletrônicos (eProc), observada a ordem cronológica de antiguidade.

Serão destinados aos acordos diretos, no mínimo, a proporção dos recursos previstos pelo art. 97, § 8º, III, do ADCT, além do saldo atualmente existente nas contas bancárias destinadas aos acordos do TRF4 e de eventuais recursos extraordinários que venham a ser futuramente disponibilizados, na forma da legislação vigente. Em caso de insuficiência de recursos para fazer frente aos acordos celebrados, ficam os credores cientes de que deverão aguardar a disponibilização de saldo na conta do Tribunal. Os acordos que aguardarem pagamento terão seus valores devidamente atualizados, mediante aplicação dos índices vigentes.

O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO enviará lote único, **em ordem cronológica**, contendo os precatórios devidos, à PGE/RS, que analisará todos os requisitos, **independente de manifestação de interesse específica**, peticionando no eProc com a proposta de acordo oferecida. Em caso de necessidade de ser feita alguma regularização, a proposta será oferecida com cláusula condicional, podendo o credor, após a regularização do precatório, exigir o seu cumprimento, havendo saldo disponível na conta destinada aos acordos diretos.

Será considerada inviável a apresentação de proposta de acordo nas seguintes situações: a) crédito não inscrito no precatório; b) crédito convertido em RPV; c) crédito quitado; d) crédito sob o qual recaia alguma controvérsia.

São exemplos de situações que ficarão sob cláusula condicional: a) inexistência, nos autos eletrônicos do precatório ou do processo originário, de procuração com os poderes específicos para transigir, receber valores, dar quitação e, quando for o caso, renunciar; b) se não houver cláusula de solidariedade na procuração, inexistência de termo de anuência com o acordo direto dos demais credores da verba honorária; c) inexistência de autorização do juízo do inventário ou do juízo da curatela ou da tutela, quando forem imprescindíveis para a celebração do acordo direto, d) inexistência de concordância do credor da penhora devidamente registrada no precatório, e) inexistência de documentação comprobatória da regularidade da representação da pessoa jurídica titular de crédito inscrito em precatório. Outras situações, devidamente apontadas, podem ser objeto de esclarecimento. A falta de documento exigível, constatada posteriormente, impossibilitará o pagamento do acordo, que ficará dependendo de regularização.

A proposta de acordo condicional ou incondicional será oferecida diretamente nos autos eletrônicos; se a proposta for considerada inviável, o motivo será declinado por petição eletrônica.

Se outro não for fixado judicialmente, o credor terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para aceitar ou recusar expressamente a proposta; considerar-se-á recusa tácita a falta de manifestação tempestiva. Havendo recusa, expressa ou tácita, o precatório retomarà a ordem ordinária de pagamentos. Ao credor é facultado solicitar, dentro do prazo de aceitação, a sua prorrogação, por até 30 (trinta) dias.

A aceitação deverá ser expressa, por petição direcionada ao Presidente do Tribunal.

Após a aceitação, e verificada a ocorrência das condições impostas, o acordo deverá ser submetido à homologação judicial, passando o credor a ser considerado habilitado a receber o pagamento de seu crédito. Em caso de aceitação, sem o cumprimento das eventuais cláusulas condicionais inseridas na proposta de acordo, o pagamento ficará suspenso até a efetivação das condições.

Após a homologação, o valor será depositado à ordem do juízo requisitante, que providenciará sua destinação.

A celebração do acordo implicará renúncia a qualquer direito creditório relacionado ao precatório objeto da conciliação, e o pagamento implicará quitação integral da respectiva dívida.

A celebração do acordo dependerá ainda: a) da regularidade da situação do credor perante o Tribunal, devendo seu representante ser titular de poderes expressos para transigir, receber valores e dar quitação no precatório, b) na hipótese de haver habilitação de espólio, é indispensável a apresentação de autorização judicial para o inventariante transigir, nos termos do inciso II do art. 619 do CPC/2015; c) havendo autorização para o inventariante firmar acordo com deságio, o pagamento ao espólio será feito via depósito vinculado ao juízo de origem, para posterior disponibilização do juízo do inventário, salvo se finalizada a partilha; d) na hipótese de haver credor interditado ou curatelado, é indispensável apresentação de poderes para o curador transigir, nos termos do art. 755, inc. I do CPC/2015 c/c art. 1748, inc. III do CC/2002.

A presente convocação passa a vigorar a partir da data de sua publicação e terá validade até 31/12/2026 ou até que sejam analisados todos os precatórios de responsabilidade da Administração Pública Estadual expedidos pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO.

---

EDUARDO CUNHA DA COSTA  
Av. Borges de Medeiros, 1555, 18º andar  
Porto Alegre  
MARCELO DOS SANTOS FRIZZO  
Diretor de Departamento  
Av. Borges de Medeiros, 1555, 18º andar  
Porto Alegre  
Fone: 5132105598

Publicado no Caderno do Governo (DOE) do Rio Grande do Sul  
Em 20 de agosto de 2025

Protocolo: **2025001308278**

Publicado a partir da página: 7